

IX Encontro Nacional e VI Encontro Latino-Americano A Universidade como objeto de pesquisa

A EDUCAÇÃO PARA A SUSTENTABILIDADE NA FORMAÇÃO DE PEDAGOGOS/AS NA UNIVERSIDADE FEDERAL DO OESTE DO PARÁ/AMAZÔNIA/BRASIL

Lílian Aquino Oliveira
Universidade Federal do Oeste do Pará
lilianaquino0110@gmail.com

José Ricardo e Souza Mafra
Universidade Federal do Oeste do Pará
jose.mafra@ufopa.edu.br

Resumo: Este trabalho analisa a Educação para a Sustentabilidade (EpS) na formação de pedagogas/as desenvolvida pela Universidade Federal do Oeste do Pará (Ufopa), instituição de educação superior situada na Amazônia brasileira, explorando a experiência formativa realizada através do currículo oficial. O estudo foi constituído pela associação da pesquisa bibliográfica e documental. A pesquisa bibliográfica se apoiou em autores como Gadotti (2008), Forquin (1996) Colares (2018), Sanfelice (2016), Souza Santos (1997), entre outros. Na pesquisa documental, explorou-se documentos basilares da política educacional do Brasil, como o Plano Nacional de Educação – PNE 2014-2024. Além disso, explorou-se também os documentos estruturantes da instituição *lócus* do estudo e de seu curso de Licenciatura em Pedagogia, como o Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI/Ufopa 2019-2023) e o Projeto Pedagógico do referido Curso (PPC/Pedagogia/Ufopa, 2015). Os resultados das análises indicam que a Universidade institucionalizou o compromisso com o desenvolvimento sustentável, uma vez que seus documentos estruturantes afirmam a preocupação com a disseminação de conhecimentos científico e tecnológico interdisciplinar para contribuir com o desenvolvimento regional sustentável e formar cidadãs/cidadãos conscientes, promovendo a harmonia com o meio ambiente e evitando a destruição dele. Além disso, constatou-se que o currículo formal do curso em voga é propício à formação de profissionais habilitados/as a educar para a sustentabilidade em cenário amazônico, sendo identificadas sete dimensões da EpS neste currículo, quais sejam: i) Cultura e Identidade; ii) Diversidade e Inclusão; iii) Estado, Direitos Humanos e Legislação; iv) Vida, Natureza, Meio Ambiente, Educação Ambiental; v) Valorização do Trabalho Colaborativo;

vi) Tecnologias Digitais; e, vii) Sociedade e Conhecimentos. Contudo, não é anunciado pela Instituição e pelo Curso o compromisso com a sustentabilidade e com a Educação para a Sustentabilidade planetária e humana, evidenciando a necessidade de incluir esta pauta na formação universitária, sobretudo, na formação docente.

Palavras chave: Formação de pedagogos/as; Educação para a Sustentabilidade; Amazônia.

A EDUCACIÓN PARA LA SOSTENIBILIDAD EN LA FORMACIÓN DE PEDAGOGOS/AS EN LA UNIVERSIDAD FEDERAL DEL OESTE DE PARÁ/AMAZONIA/BRASIL

Resumen: Este trabajo analiza la Educación para la Sostenibilidad (EpS) en la formación de pedagogos/as desarrollada por la Universidad Federal del Oeste de Pará (Ufopa), institución de educación superior situada en la Amazonía brasileña, explorando la experiencia formativa realizada a través del currículo oficial. El estudio se constituyó por la asociación de la investigación bibliográfica y documental. La investigación bibliográfica se apoyó en autores como Gadotti (2008), Forquin (1996), Colares (2018), Sanfelice (2016), Souza Santos (1997), entre otros. En la investigación documental, se exploraron documentos fundamentales de la política educativa de Brasil, como el Plan Nacional de Educación - PNE 2014-2024. Además, se exploraron también los documentos estructurantes de la institución, lugar del estudio y de su curso de Licenciatura en Pedagogía, como el Plan de Desarrollo Institucional (PDI/Ufopa 2019-2023) y el Proyecto Pedagógico del referido Curso (PPC/Pedagogía/Ufopa, 2015). Los resultados de los análisis indican que la Universidad institucionalizó el compromiso con el desarrollo sostenible, ya que sus documentos estructurantes afirman la preocupación por la difusión de conocimientos científicos y tecnológicos interdisciplinarios para contribuir al desarrollo regional sostenible y formar ciudadanos/as conscientes, promoviendo la armonía con el medio ambiente y evitando su destrucción. Además, se constató que el currículo formal del curso en cuestión es propicio para la formación de profesionales capacitados/as para educar en sostenibilidad en un escenario amazónico, identificándose siete dimensiones de la EpS en este currículo, a saber: i) Cultura e Identidad; ii) Diversidad e Inclusión; iii) Estado, Derechos Humanos y Legislación; iv) Vida, Naturaleza, Medio Ambiente, Educación Ambiental; v) Valoración del Trabajo Colaborativo; vi) Tecnologías Digitales; y vii) Sociedad y Conocimientos. Sin embargo, no se anuncia por parte de la Institución ni del Curso el compromiso con la sostenibilidad y con la

Educación para la Sostenibilidad planetaria y humana, evidenciando la necesidad de incluir este tema en la formación universitaria, especialmente en la formación docente.

Palabras clave: Formación de pedagogos/as; Educación para la Sostenibilidad; Amazonía.

1 INTRODUÇÃO

Frente aos complexos problemas e crises humanitárias, ao estabelecer o Objetivo de Desenvolvimento Sustentável 04 - “Educação de qualidade”, a Agenda 2030 definiu, também, em seu conjunto de metas, a formação de professores/as como estratégia importante no empenho de vincular a educação escolar ao desenvolvimento sustentável, pautado na observação dos direitos humanos:

Meta 4.c: Até 2030, substancialmente aumentar o contingente de docentes qualificados, inclusive por meio da cooperação internacional para a formação de professores, nos países em desenvolvimento, especialmente os países de menor desenvolvimento relativo e pequenos Estados insulares em desenvolvimento (PNUD, 2015, p. 24).

No Brasil, a Agenda 2030 se relaciona, entre outras políticas do campo educacional, com o Plano Nacional de Educação – PNE 2014-2024 (BRASIL, 2014)¹, que estabeleceu entre as metas para garantir o direito à educação de boa qualidade, aquelas que tratam especificamente da formação de professores/as (Metas 15 e 16 e suas respectivas estratégias). A partir das metas nacionais, os estados e os municípios estabeleceram suas prioridades. Portanto, a Agenda aguça possibilidades para a inclusão de novos elementos nos Planos Municipais e Estaduais de Educação e nas propostas pedagógicas escolares, de modo que reportem a realidade local.

¹ O PNE 2014 -2024 tem vigência até o dia 25/06/2024. No entanto, o senado brasileiro aprovou em 28/05/2024 a prorrogação do Plano até o dia 31/12/2025. Disponível em: https://www.educacao.pr.gov.br/sites/default/arquivos_restritos/files/documento/2022-07/pme_relatorio_4_ciclo_monitoramento_metas_pne_2022.pdf. Acesso em junho/2024.

Incentiva, también, a possibilidade de definição de metas e estratégias que contribuam para a real melhoria das condições educacionais no tocante à sustentabilidade planetária.

Neste cenário, a Agenda 2030 da Organização das Nações Unidas (ONU) e suas metas no campo educacional, incluindo a formação de professores/as para promover o desenvolvimento sustentável (com vistas à sustentabilidade, acredita-se) e os direitos humanos reforçam o imperativo de uma abordagem educacional mais inclusiva e abrangente, na qual o currículo vá além da transmissão de conteúdos padronizados com finalidades avaliativas, e seja desenvolvido em uma perspectiva crítica e reflexiva, enfrentando o desafio de se alinhar com a realidade local e a diversidade cultural.

Superar essas contradições exige vislumbrar os/as professores/as não apenas como meros/as disseminadores de conhecimento, mas como agentes de transformação social e ambiental, o que traz, por implicação, que os processos formativos promovam a reflexão crítica, a inter e a transdisciplinaridade e a inclusão de temas socioambientais e de direitos humanos. Igualmente, é indispensável que as políticas educacionais, as instituições de ensino, os/as educadores/as e a sociedade civil de modo geral estejam em consonância para garantir que a educação para a sustentabilidade seja efetivamente implementada, respeitando a diversidade sociocultural e empoderando as pessoas a serem agentes de mudança em suas comunidades e no mundo.

No campo legal e normativo brasileiro, a despeito das considerações adversas já escritas sobre a Resolução CNE/CP nº 02/2019 (BRASIL, 2019), que definiu as Diretrizes Curriculares Nacionais para a formação inicial de professores/as para a Educação Básica e instituiu a Base Nacional Comum para a formação inicial de professores/as da Educação Básica (BNC-Formação)², esta Resolução registrou, entre os fundamentos pedagógicos da Formação Inicial de Professores/as para a Educação Básica, o:

[...] compromisso com a educação integral dos professores em formação, visando à constituição de conhecimentos, de competências, de habilidades, de valores e de formas de conduta que respeitem e valorizem a diversidade, os

² Em “As (novas) DCNs para o Curso de Licenciatura em Pedagogia: Limitações à promoção da educação para a sustentabilidade”, analisou-se como a atual proposta estatal (2021) de revisão das DCNs para a licenciatura em pedagogia, que aponta para a formação inicial fragmentada, se constitui em instrumento de entrave à Educação para Sustentabilidade na educação infantil e anos iniciais do ensino fundamental. Disponível em: <https://periodicos.unir.br/index.php/EDUCA/article/view/6542/4352>.

direitos humanos, a democracia e a pluralidade de ideias e de concepções pedagógicas (BRASIL, 2019, Art. 8º, VIII).

Além disso, no bojo da reforma educacional brasileira empreendida nos últimos anos, a Resolução CNE/CP nº 02/2019 (BRASIL, 2019) estabeleceu, no Anexo 13, entre as Competências Gerais dos Docentes a competência de número dez:

10 - Agir e incentivar, pessoal e coletivamente, com autonomia, responsabilidade, flexibilidade, resiliência, a abertura a diferentes opiniões e concepções pedagógicas, tomando decisões com base em princípios éticos, democráticos, inclusivos, sustentáveis e solidários, para que o ambiente de aprendizagem possa refletir esses valores (BRASIL, 2019, p. 13. Grifo nosso).

Assim, a aprendizagem, em sentido amplo, adquire grande relevância no debate sobre a organização curricular do Curso de Pedagogia, visto se tratar da formação de profissionais que se dedicam às tarefas de conceber e pôr em prática os modelos de ensino e aprendizagem sociais que devem levar em consideração o desenvolvimento da cultura de participação desde a educação infantil, com vistas à formação de cidadãos e cidadãs atuantes, comprometidos/as com os direitos humanos, com a superação das desigualdades sociais, “[...] pois falar em sustentabilidade significa falar em superação das desigualdades sociais” (LOPES e TENÓRIO, 2011, p. 139).

Arroyo (2011) analisou a importância do protagonismo infantojuvenil, público da atuação docente de pedagogos/as, para garantir o avanço na qualidade social da educação no cenário de disputas entre diferentes sujeitos/as e grupos sociais pelo reconhecimento de suas vivências, saberes valores, culturas, leituras de si e do mundo no território curricular. Segundo o autor,

Entre reduzir as crianças e os adolescentes a mercadorias treináveis para a empregabilidade ou reconhecê-los como sujeitos de direitos há um ganho incalculável de qualidade humana e política. Ganho que eleva a pedagogia, a docência, a escola a um patamar novo de qualidade. A qualidade da escola se mede pelos avanços em sua configuração como espaço público de garantia de direitos.

[...]

Que as crianças e adolescentes entendam que esses avanços dos direitos chegam de maneira muito desigual para as diversas infâncias e adolescências. Para a infância pobre, negra, dos campos e periferias está muito distante seu reconhecimento como sujeitos de direitos (ARROYO, 2011, p. 181).

Desta forma, educar crianças e adolescentes para a sustentabilidade implica a reflexão e a ação atentas à transcendência de lógicas educacionais impostas por agentes externos que determinam o currículo escolar como condicionante da formação acadêmica do/a professor/a, bem como, compatibilizar a ação escolar com demandas de conhecimentos, atitudes e valores emanados da sociedade local a partir de questões que emergem no fenômeno educativo como ato intencionalmente consciente e, para a atuação docente nesta perspectiva, a formação profissional também deve ter como cerne as demandas sociais locais, evidentemente, consideradas em sua relação com o contexto global.

No paradigma da educação para a sustentabilidade, se a formação docente não for suficientemente dotada de qualidade e pertinência sociais pode acarretar prejuízos à sociedade contemporânea e futura, devido ao comprometimento dos objetivos e das metas do desenvolvimento sustentável (KRAEMER, 2004), inclusive com o agravamento de crises sociais, ambientais e econômicas, local e globalmente.

Portanto, que projetar uma sociedade sustentável requer comprometimento de cada cidadão e cidadã em alguma escala e a imbricação de conceitos, princípios e valores desde as primeiras experiências humanas, de modo que o pensar e o agir sustentáveis sejam incorporados enquanto práticas sociais, sobressaindo a importância da atuação docente de pedagogos/as.

2 A INSTITUCIONALIZAÇÃO DO COMPROMISSO COM O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL NA UNIVERSIDADE FEDERAL DO OESTE DO PARÁ/AMAZÔNIA/BRASIL

A Universidade Federal do Oeste do Pará (Ufopa) foi criada por meio da Lei nº 12.085/2009, em 05 de novembro de 2009 (BRASIL, 2009). Em seu documento de instalação a universidade consignou a missão de “Produzir e socializar conhecimentos, contribuindo para a cidadania, inovação e desenvolvimento na Amazônia” e a visão de “Ser referência na produção e difusão do conhecimento científico, tecnológico e interdisciplinar para contribuir com o desenvolvimento regional sustentável por meio da formação de cidadãos” (UFOPA, PDI, 2019, p.19).

Conforme Gadotti (2008, p. 57),

Para ser sustentável, o desenvolvimento precisa ser ambientalmente correto, socialmente justo, economicamente viável e culturalmente respeitoso das

diferenças. [...] Desenvolvimento sustentável supõe, portanto, que existam diversos modos sustentáveis de viver. A fórmula correta seria viver feliz, em harmonia com o meio ambiente, sem destruí-lo.

Neste sentido, a visão e a missão da Ufopa harmonizaram-se com a conceituação de Gadotti, uma vez que os documentos estruturantes institucionais afirmaram a preocupação com a disseminação de conhecimentos científico e tecnológico interdisciplinar para contribuir com o desenvolvimento regional sustentável, para formar cidadãos/cidadãs conscientes, promovendo a harmonia com o meio ambiente e evitando a destruição dele.

A Ufopa é uma instituição federal de ensino superior localizada no interior da região amazônica, no oeste do Estado do Pará, considerada a primeira instituição federal de ensino com sede estabelecida nessa região. Possui um modelo multicampi, com sua sede na cidade de Santarém e *campis* nos municípios de Alenquer, Itaituba, Juruti, Monte Alegre, Óbidos e Oriximiná. A área de atuação da Ufopa abrange 20 municípios paraenses, cobrindo uma extensão territorial de 512.616 km², o que representa 41% do território do estado, com uma população de aproximadamente 912.006 habitantes (UFOPA, 2019).

Conforme seu Plano de Desenvolvimento Institucional – PDI/Ufopa 2019-2023 (UFOPA, 2019), a Universidade desempenha um papel de destaque em sua área de abrangência nos aspectos social, econômico, educacional, cultural e político, por ser um importante vetor de fomento à inclusão social e promoção da democratização do acesso à educação superior. Através de programas de assistência estudantil e políticas de acesso e permanência, a Ufopa se propõe a contribuir para a redução das desigualdades sociais e a ampliação das oportunidades educacionais, principalmente, para grupos historicamente marginalizados.

Ademais, a formação de professores/as se destaca como um elemento decisivo para o avanço educacional e socioeconômico da região. Através de cursos de licenciatura e programas de pós-graduação *lato e stricto sensu* em Educação, a Ufopa busca promover uma formação sólida e contextualizada, que valorize a diversidade sociocultural o desenvolvimento sustentável e o engajamento político dos/as educadores/as, tendo a pesquisa como princípio educativo e primando pela promoção da articulação entre teoria e prática no processo formativo dos/as futuras/os docentes (UFOPA, 2019; UFOPA, 2021).

Portanto, inegavelmente, a Universidade ocupa uma posição estratégica para o fomentar do desenvolvimento regional sustentável através de suas atividades-fins, com vistas à sustentabilidade.

Entretanto, para comprender as práticas e as políticas de formação de professores/as na Amazônia paraense e analisar a proposta de formação de pedagogos/as em consonância com a educação para a sustentabilidade, é essencial ter um entendimento do contexto político, econômico e sociocultural dessa região, haja vista que

Analisar a formação de professores na Amazônia paraense e propor alternativas formativas, pressupõe conhecer o seu contexto político, econômico e sociocultural em sua ampla diversidade, já que são fatores fundamentais para entendermos as práticas e políticas de formação docente presentes nesta região (SILVA, NUNES e ROCHA, 2018, p. 219).

Como constituinte da Região Amazônica, a região oeste do Pará apresenta um cenário educacional desafiador, permeado por problemáticas e contradições, influenciado por uma série de aspectos territoriais, geográficos e humanos com particularidades significativas que devem ser levadas em conta nas políticas educacionais. Caracterizada por vastas extensões territoriais e uma diversidade de ambientes, que incluem regiões de rios florestas e áreas urbanas, a região enfrenta desafios logísticos significativos para garantir o acesso à educação de modo equitativo, especialmente, em áreas mais remotas. Além disso, a presença de comunidades ribeirinhas, quilombola e indígenas também demandam abordagens educacionais sensíveis às suas especificidades, considerando suas particularidades culturais e linguísticas. Conforme Sanfelice (2016, p. 8),

A educação para a Amazônia enfrenta complexidades específicas. A relação capital x trabalho, claro, obedece a lógica geral de toda a sociedade capitalista mundializada, mas, na Amazônia, temos uma sociabilidade menos homogênea: comunidades de pescadores artesanais, os ribeirinhos, os remanescentes quilombolas, os povos indígenas, os retireiros, os seringueiros, os assentados agrários, os trabalhadores de grandes propriedades agrícolas, os pecuaristas, as ocupações de trabalhadores sem terras, migrantes nordestinos, sulistas e imigrantes de várias partes do mundo. Grande parte dessa população vive determinada pelo ritmo das águas, cheias ou vazantes dos grandes rios. Para aquelas populações a ocupação dos espaços físicos, a organização da temporalidade da produção para a subsistência, as relações sociais de parentesco e comunitárias tornam-se muito específicas. São as diversidades que foram herdadas das tradições, as diversidades já contrárias à tradição e, a diversidade das diversidades, por exemplo, de povos, culturas e línguas.

De fato, a diversidade populacional desta região é marcante, tanto no aspecto étnico como cultural. Os grupos indígenas, quilombolas, descendentes de imigrantes e migrantes internos coexistem, carregando consigo suas tradições, valores e formas de conhecimento, cada um com suas próprias tradições e modos de vida, trazendo para o sistema educacional elementos enriquecedores, mas também complexos, que requeem políticas e práticas inclusivas que reconheçam, valorizem e respeitem a pluralidade de identidades, bem como uma educação intercultural que contribua para a superação das desigualdades e para a construção de uma sociedade mais inclusiva, portanto, mais justa.

Além disso, a diversidade social e econômica também influencia o cenário educacional. A região abriga tanto áreas urbanas desenvolvidas, com melhores condições socioeconômicas e acesso a recursos, quanto áreas rurais com menor infraestrutura e oportunidades.

Ademais, questões socioambientais, como a preservação da Amazônia, conflitos agrícolas e a busca pela sustentabilidade são temas que ganham ainda mais relevância no âmbito da educação nesta região, exigindo a integração de conhecimentos e práticas de enfrentamento e resistência.

Tenha-se em conta, também, a existência de problemas sociais complexos. A falta de infraestrutura nas escolas, a carência de professores/as, principalmente, qualificados/as, a evasão escolar e a dificuldade de acesso à educação em áreas remotas são desafios recorrentes e incidem sobre a qualidade social da educação, revelando a necessidade de investimentos e ações efetivas para reversão desse quadro e a compreensão de que tais problemas são reflexos de contradições sociais e econômicas presentes na estrutura da sociedade como um todo, porém, agravadas nesta região do Brasil.

Essas disparidades socioeconômicas geram desigualdades educacionais, tornando necessário o desenvolvimento de políticas que busquem romper com as estruturas de opressão, redução das disparidades e promoção da equidade no acesso à educação de qualidade. Em contexto amazônico, vislumbramos que a qualidade educacional se associa ao reconhecimento e valorização das culturas, identidades e diversidades regionais, sendo inclusiva e promovendo a participação de todos os grupos populacionais, bem como o respeito aos direitos humanos. Deve, ainda, incentivar a conexão com a natureza e o meio ambiente, valorizando o trabalho colaborativo e os conhecimentos e saberes locais e, ainda, incorporando tecnologias adequadas à realidade e necessidades locais.

Apesar dos desafios, há perspectivas positivas para o cenário educacional na região oeste do Pará. A diversidade cultural e ambiental pode ser uma fonte de inspiração para abordagens pedagógicas inovadoras e contextualizadas. Para Colares (2018, p.19),

Outra temática fundamental para a compreensão da educação na realidade amazônica é a da diversidade cultural, tanto entre os habitantes nativos quanto a que resulta da presença cada vez mais intensa de migrantes. Na mistura de etnias e de culturas, foi se constituindo a Amazônia humana, para além do exuberante território que desde os primeiros contatos do colonizador representou grandes possibilidades de ganhos econômicos.

Essas são questões complexas que envolvem debates teórico-práticos, exigem abordagem interdisciplinar e reflexão crítica sobre as relações entre globalização, diversidade, desigualdade e integração, que não se limitam apenas à análise empírica, mas também implica questionamentos metodológicos e epistemológicos, em prol da inclusão social plena e do respeito à diversidade humana e cultural no contexto globalizado, isto é, em prol da sustentabilidade.

Isto posto, Sanfelice (2016, p. 7), sobre a educação em realidade amazônica, elucida que:

[...] todo o particular se explicita em um contexto mais geral. Em nenhum momento se perde esta orientação. Pensar especificidades, singularidades e diversidades, não é pensá-las em si mesmas. Então, não é uma Amazônia isolada do mundo que se está a visualizar.

Assim, a valorização da cultura local, o fortalecimento da educação comunitária e a promoção de parcerias entre instituições educacionais e comunidades são estratégias a serem consideradas para impulsionar a melhoria da qualidade da educação nesta região, tendo em vista a sociedade globalizada. Além disso, a conscientização sobre os problemas sociais e ambientais locais é fundamental para a formação de cidadãs/ãos engajadas/os e comprometidas/os com a transformação social, com o desenvolvimento sustentável e a sustentabilidade, a partir dos contextos dos “localismos globalizados” (SOUZA SANTOS, 1997, p. 16), com destaque ao papel central da formação de professores/as, contemplando estas problematizações.

Conforme seu Plano de Desenvolvimento Institucional – PDI/Ufopa 2019 – 2023 (UFOPA, 2019), a Ufopa é uma instituição vocacionada ao desenvolvimento de uma política de formação de profissionais e de pesquisa de alto nível, que contribuem para a integração da Amazônia no cenário nacional e internacional, institucionalizando o compromisso de investimentos nas áreas estratégicas para o desenvolvimento sustentável da região e do país.

Além disso, na direção do compromisso consignado, destacam-se entre os princípios institucionais:

b) Pertinência e desenvolvimento humano sustentável. A Ufopa deve contribuir para a redução das desigualdades e o desenvolvimento integral da sociedade, buscando atender às necessidades da população em associação com as demais instâncias públicas e privadas nos projetos de maior interesse da sociedade, no que diz respeito a propiciar o desenvolvimento humano sustentável. Deve adotar critérios e práticas sustentáveis, visando à renovação e ao uso racional de recursos naturais, fortalecer capacidades para inovações que propiciem o uso sustentável da geodiversidade e da biodiversidade amazônicas, em consonância com o aprimoramento continuado dos serviços ofertados e da melhoria da qualidade de vida da sociedade.

[...]

f) Inovação. A inovação, presente em todas as áreas e segmentos da sociedade, é a mola propulsora que se situa na interface da relação entre a ciência, a tecnologia e o desenvolvimento. Na Ufopa, a inovação deve transversalizar todos os processos formativos, porque é complexa, interativa e compreendida como um dos importantes vetores do desenvolvimento humano sustentável. (UFOPA, PDI, 2019, p.35).

Congraçando com estes pressupostos institucionais, que anunciam um compromisso com o desenvolvimento sustentável, o Curso de Licenciatura Plena em Pedagogia, vinculado ao Instituto de Ciências da Educação (Iced/Ufopa), unidade acadêmica responsável pela formação de professoras/es para a educação básica, apresenta uma proposta formativa “[...] ancorada na abordagem sócio-construtivista” (UFOPA/ICED/PPC/Pedagogia, 2015, p. 21).

A proposta pedagógica do Curso contextualiza-se em uma unidade da federação que apresenta resultados desafiadores quanto ao Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb)³, marcada por conflitos de terra, agressão ambiental, êxodo rural e o inchaço das cidades,

³ No ano de 2021, nas avaliações dos anos iniciais do Ensino Fundamental (1º ao 5º ano), a meta nacional estabelecida era de 6,0, porém, o Pará alcançou a pontuação de 4,9. Já nos anos finais (6º ao 9º ano), a meta era de 5,5, mas o estado registrou um índice de 4,4. No ensino médio, a situação também apresentou um desempenho abaixo do esperado, com a meta nacional de 5,2 e o Pará alcançando apenas 3,2.

Em 2023, as metas nacionais permaneceram semelhantes, sendo 6,0 para os anos iniciais, 5,5 para os anos finais do Ensino Fundamental, e 5,2 para o Ensino Médio. Nesse ano, o Pará apresentou melhoras em seus resultados: nos anos iniciais do Ensino Fundamental, alcançou 5,1; nos anos finais, atingiu 4,6; e no Ensino Médio, obteve 4,4, sendo este último o maior crescimento histórico registrado pelo estado, elevando-o para a 6ª posição no ranking nacional. (Fonte: <https://www.gov.br/inep/pt-br/areas-de-atuacao/pesquisas-estatisticas-e-indicadores/ideb/resultados>).

Entretanto, críticas ao sistema IDEB, como as levantadas por Freitas (2012), argumentam que o indicador simplifica a complexidade da educação e promove uma visão tecnicista, que pode marginalizar aspectos importantes do processo educacional, como a formação integral dos/as estudantes e a valorização do contexto social e cultural em que as escolas estão inseridas.

sem dispor de estrutura urbana para acolher, apropriadamente, a população que chega a cada ciclo, a exemplo, o ciclo do ouro e o ciclo da borracha, num modelo de desenvolvimento que em pouco procura conciliar o crescimento econômico com o desenvolvimento social e ambiental. Este arquétipo, assemelha-se ao padrão colonial, não contribuindo para a construção de um modelo biossocioeconômico sustentável, baseado em cadeias regionais de valor, aglomeração empresarial e diversidade cultural, biológica e social (PORTELA, 2017).

Frente ao contexto de oferta e campos de atuação dos/as futuros/as licenciados/as, o Projeto Pedagógico do Curso (PPC) de Pedagogia desta universidade assevera que a formação profissional deve abarcar “[...] uma dimensão política, que está referendada em um projeto amplo de sociedade e a um ideal de humanidade” (UFOPA/ICED/PPC/Pedagogia, 2015, p.23), a partir da qual o egresso:

[...] realize-se como um profissional que: atua com ética e compromisso, lutando por uma sociedade justa, equânime e igualitária; promova a aprendizagem em diferentes fases do desenvolvimento humano, em diversos níveis e modalidades do processo educativo; reconheça e respeite as manifestações e necessidades físicas, cognitivas, emocionais, afetivas dos educandos nas suas relações individuais e coletivas; relacione as diversas formas de expressão e de comunicação nos processos didático-pedagógicos; promova relações de cooperação entre instituição educativa, família e comunidade; demonstre consciência da diversidade, respeitando as diferenças e identifique problemas socioculturais e educacionais com postura investigativa, integrativa e propositiva, visando contribuir para superação de exclusões e preconceitos de ordem social, etnoracial, cultural, religiosa, linguística e de pessoas com deficiência; desenvolva trabalho em equipe, de forma cooperativa e colegiada; realize pesquisas que proporcionem conhecimentos sobre alunos e alunas e a realidade sociocultural em que estes desenvolvem suas experiências não escolares; sobre ensinar e aprender em diferentes meios socioculturais; sobre propostas curriculares e sobre organização, acompanhamento, monitoramento e avaliação do trabalho e práticas pedagógicas; tenha disposição para estudar e aplicar criticamente o conhecimento que daí advém; e que, obviamente conheça e valorize as determinações legais próprias da profissão de Pedagogo e que no exercício profissional lhe caiba implantar, executar e avaliar (UFOPA/ICED/PPC PEDAGOGIA, 2015, p. 25).

Considerando que “[...] as disciplinas escolares são inseparáveis das finalidades educativas” (JULIA, 2001, p.16) e frente ao compromisso da Ufopa quanto à pauta explícita do

desenvolvimento sustentável, bem como o compromisso formativo anunciando no Projeto Pedagógico do Curso, registrado, sobretudo, no perfil dos/as egressos/as, que se associa, diretamente, aos pressupostos da sustentabilidade, a seguir, trata-se sobre a educação para a sustentabilidade no currículo oficial de formação de pedagogos/as na Universidade Federal do Oeste do Pará/Amazônia/Brasil.

3 EDUCAÇÃO PARA A SUSTENTABILIDADE: DIMENSÕES CONSTITUINTES DO CURRÍCULO OFICIAL DO CURSO DE PEDAGOGIA/UFOPA

A educação para a sustentabilidade é um paradigma educacional multidimensional que se direciona à formação cidadã consciente, crítica e comprometida com um projeto societário intergeracional sustentável, o que subjaz que a formação docente seja condizente com estes pressupostos, em contraposição às ideologias arraigadas nas lógicas dominantes. Neste contexto, destaca-se que:

Uma mudança de atitude passa, necessariamente pela formação de professores. O curso de Pedagogia, por ser não só o maior responsável pela preparação dos profissionais para a educação infantil e o ensino fundamental (séries iniciais) mas também pela presença nas discussões relativas as questões curriculares da educação básica, pode exercer um papel fundamental na mudança de percepção quanto a temática da diversidade, enfatizando a importância de sua compreensão para que ela seja respeitada e valorizada nas escolas (COLARES e COLARES, 2011, p. 03).

Assim, em face aos pressupostos da análise de conteúdo (BARDIN, 2011), realizou-se uma análise documental que se concentrou em desmembrar o texto do projeto pedagógico do curso de Pedagogia da Ufopa, sobretudo, a matriz curricular e o ementário, em unidades, para fazer o agrupamento analógico por temáticas, construindo as categorias conforme os temas que emergiram do texto, identificando o que as unidades identificadas têm em comum, para, posteriormente, reagrupá-las.

Este movimento considerou a educação para a sustentabilidade enquanto processo educacional voltado à preparação da humanidade para a tomada de decisões que busquem a curto, médio e longo prazos, o equilíbrio entre a economia, a ecologia e a equidade entre sujeitos/as e grupos populacionais, ou seja, um processo educacional que visa preparar a humanidade para a tomada de decisões que reconheçam e valorizem a diversidade cultural e os diferentes saberes,

que vise promover a inclusão plena de diferentes grupos e sujeitos/as sociais, a construção e efetiva aplicação de legislações condizentes com os direitos humanos, fomentando a conscientização sobre a importância da conservação dos ecossistemas e promoção do trabalho colaborativo, assim como a criação e uso adequado de tecnologias digitais em consonância com as particularidades locais.

Assim sendo, do estudo do PPC da Pedagogia/Ufopa emergiram, as macrotemáticas 1) Vida, natureza e meio ambiente; 2) Estado, Direitos Humanos e legislação; 3) Sociedade e conhecimento; 4) Dimensão cultura e identidade; 5) Diversidade e inclusão; 6) Tecnologias Digitais e, 7) Valorização dos diversos saberes e do trabalho colaborativo, como dimensões da educação para a sustentabilidade presentes no currículo oficial de formação de pedagogos/as na Ufopa.

Conforme os estudos realizados, o quadro 1 apresenta a síntese das dimensões da educação para a sustentabilidade identificadas no currículo formal do curso de licenciatura em pedagogia da Universidade Federal do Oeste do Pará, e os aspectos fundamentais a serem abordados em cada uma delas, com base nos estudos realizados:

Quadro 1 - Dimensões da EpS e seus os aspectos fundamentais

Dimensão	Aspectos
Vida, Natureza, Meio Ambiente, Educação Ambiental	<ul style="list-style-type: none">• Interdependência entre os ecossistemas e as atividades humanas;• Valorização da vida;• Educação ambiental crítica;• Práticas sustentáveis.
Estado, Direitos Humanos e Legislação	<ul style="list-style-type: none">• Bases legais e Educação para os Direitos Humanos;• Responsabilidades do Estado;• Relações Estado-sociedade;• Contradições legais e sociais.
Sociedade e Conhecimentos	<ul style="list-style-type: none">• Análise crítica das sociedades e dos conhecimentos legitimados• Diálogo intercultural e interdisciplinar;• Participação e engajamento social;• Educação crítica e emancipatória;• Promoção da justiça social e dos direitos humanos;• Uso ético e responsável das tecnologias;• Valorização do conhecimento tradicional;
Cultura e Identidade	<ul style="list-style-type: none">• Valorização da diversidade cultural;• Diálogo intercultural;• Reconhecimento do conhecimento tradicional;• Equidade e justiça social;• Participação e empoderamento.
Diversidade e Inclusão	<ul style="list-style-type: none">• Criticidade sobre os aspectos e ideologias que marcam a constituição social e sustentam as bases capitalistas;• Reconhecimento da diversidade humana;• Desconstrução de preconceitos e estereótipos;

	<ul style="list-style-type: none">• Promoção da igualdade de oportunidades;• Respeito à autonomia e identidade dos/das estudantes;• Abordagem interdisciplinar;• Engajamento com a comunidade.
Tecnologias Digitais	<ul style="list-style-type: none">• Compreensão crítica das tecnologias digitais;• Competência digital e midiática;• Transversalização das tecnologias digitais no currículo;• Educação digital crítica;• Abordagem participativa e colaborativa no uso e criação de tecnologias digitais.
Valorização dos diversos saberes e do trabalho colaborativo	<ul style="list-style-type: none">• Interação e diálogo;• Trabalho em equipe;• Participação ativa de todos/as sujeitos/as educacionais;• Respeito e valorização das diferenças;• Gestão democrática e participativa;• Desenvolvimento de habilidades socioemocionais;• Construção de redes e parcerias entre instituições, comunidades e sujeitos sociais diversos;

Fonte: Elaboração própria (2024).

Os aspectos que subjazem as sete dimensões da educação para a sustentabilidade se aglutinam e gravitam em torno de cinco núcleos basilares, quais sejam:

1. **Meio ambiente e natureza** – Reporta-se à interdependência entre os ecossistemas e as atividades humanas, à educação ambiental crítica e à adoção de práticas sustentáveis, visando à conscientização ecológica, ao equilíbrio entre desenvolvimento humano e preservação ambiental e à valorização da vida. Em torno deste núcleo se aglutinam os seguintes aspectos fundamentais da educação para a sustentabilidade (EpS): compreensão da interdependência entre os ecossistemas e as atividades humanas, valorização da vida, educação ambiental crítica, práticas sustentáveis.

2. **Direitos humanos e justiça social** – Reporta-se às bases legais da educação para os direitos humanos, com foco nas responsabilidades do Estado e nas relações Estado-sociedade. Envolve a análise crítica das contradições legais e sociais, com vistas à justiça social, equidade e o empoderamento por meio da participação cidadã. Em torno deste núcleo se aglutinam os seguintes aspectos da EpS: bases legais e educação para os direitos humanos, responsabilidades do Estado, relações Estado-sociedade, contradições legais e sociais, análise crítica das sociedades, promoção da justiça social e dos direitos humanos, equidade e justiça social, participação e empoderamento.

3. **Diversidade e inclusão** – Volta-se valorização da diversidade cultural e do conhecimento tradicional, com ênfase no reconhecimento da diversidade humana e na desconstrução de preconceitos e estereótipos, a promoção da igualdade de oportunidades e do respeito à autonomia e às identidade, em diálogo com a crítica às ideologias que sustentam as

bases capitalistas excludentes. Aquí estão comprendidos os seguintes aspectos da EpS: valorização da diversidade cultural, reconhecimento do conhecimento tradicional, reconhecimento da diversidade humana, desconstrução de preconceitos e estereótipos, promoção da igualdade de oportunidades, respeito à autonomia e identidade dos/das estudantes, criticidade sobre os aspectos e ideologias que marcam a constituição social e sustentam as bases capitalistas.

4. Participação social e gestão democrática – Trata da abordagem crítica e emancipatória da educação, promovendo a participação social e o engajamento comunitário e enfatizando o diálogo intercultural e interdisciplinar, o trabalho em equipe, a gestão democrática e a construção de redes entre instituições e comunidades. Os seguintes aspectos interligam-se a este núcleo: educação crítica e emancipatória, participação e engajamento social, abordagem interdisciplinar, diálogo intercultural e interdisciplinar, engajamento com a comunidade, interação e diálogo, trabalho em equipe, participação ativa de todos/as sujeitos/as educacionais, respeito e valorização das diferenças, gestão democrática e participativa, desenvolvimento de habilidades socioemocionais, construção de redes e parcerias entre instituições, comunidades e sujeitos sociais diversos.

5. Tecnologias e competências digitais e informacionais – Abrange uma compreensão crítica das tecnologias digitais e informacionais e das competências midiáticas. Aqui, aglutina-se os aspectos da EpS: Compreensão crítica das tecnologias digitais e informacionais, competência digital e midiática, transversalização das tecnologias digitais no currículo, educação digital crítica, abordagem participativa e colaborativa no uso e criação de tecnologias digitais.

Depreende-se dos estudos realizados que as sete dimensões da educação para a sustentabilidade são interconectadas, complementares e co dependentes, e podem proporcionar uma formação abrangente e holística.

Destaca-se, portanto o potencial do currículo oficial do curso de Pedagogia da Universidade Federal do Oeste do Pará (Ufopa), ofertado na Amazônia brasileira, para possibilitar a formação docente para a sustentabilidade, muito embora não explicita um compromisso nesta direção.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O estudo sobre a Educação para a Sustentabilidade (EpS) na formação de pedagogos/as na Universidade Federal do Oeste do Pará (Ufopa) explorou a proposição universitária de promover o desenvolvimento sustentável em seu contexto referencial, que é também o o contexto de oferta do curso de Licenciatura em Pedagogia.

Constatou-se que a formação profissional é permeada por aspectos específicos da sustentabilidade, aqui denominadas como “Dimensões”, revelando um potencial educacional crítico e transformador. Entretanto, o compromisso com o EpS, embora apresentado de maneira implícita, não se destaca de forma expressa nos documentos institucionais e do próprio curso, o que fragiliza a consolidação de uma formação vinculada a esta perspectiva educacional.

Desta feita, a sustentabilidade figura nos documentos estruturantes institucionais e do curso em voga, como um conceito periférico, não sendo em nenhum momento reportado explicitamente.

Embora o currículo do curso de Pedagogia contemple sete dimensões da educação para a sustentabilidade, estas são marcadas pela fragmentação das temáticas, o que pode limitar a formação de uma consciência sistêmica, essencial para enfrentar os desafios globais e locais da sustentabilidade. A interconexão entre as diversas dimensões da EpS, como a relação entre meio ambiente, justiça social e inclusão, precisa ser reforçada no currículo para que os/as futuros/as pedagogos/as possam atuar de maneira eficaz e crítica em contextos complexos como o da Amazônia.

A EpS, como proposta crítica e emancipatória, deve ser compreendida não apenas como uma dimensão adicional na formação docente, mas como um eixo transversal que orienta todas as práticas pedagógicas. O currículo estudado apresenta possibilidades para isso, mas há um distanciamento entre a retórica e a prática institucional, cabendo a revisão dos documentos estruturantes da universidade e do curso de Pedagogia quanto ao compromisso de educar para a sustentabilidade e de formar pedagogos/as capacitados para tal.

O cenário amazônico, cultural e ambientalmente rico e diverso, requer que a educação que reconheça as especificidades locais e que se integre em uma perspectiva global de sustentabilidade. Neste contexto, a atuação docente enfrenta desafios singulares, como a necessidade de abordar a realidade de comunidades ribeirinhas, quilombolas e indígenas e suas necessidades específicas, requerendo uma pedagogia intercultural e inclusiva.

Apesar do reconhecimento dessas demandas educacionais, o currículo da Pedagogia/Ufopa ainda carece de uma abordagem mais profunda e crítica dessas questões, e a EpS pode ser a direcionadora dessa crítica e vetor de enfrentamento das desigualdades socioambientais da região e promoção de estilos de vida alinhados com os princípios de justiça socioambiental.

Com localização estratégica e elementos estruturantes já inicialmente vinculados à promoção do desenvolvimento sustentável, a Ufopa substancialmente poderá se tornar uma referência na formação de pedagogos/as para a sustentabilidade, condicionada ao esforço

institucional mais consistente em integrar a EpS em suas atividades-fins.

REFERÊNCIAS

ARROYO, Miguel. **Currículo, território em disputa**. Petrópolis: Vozes, 2011.

BARDIN, Laurence. **Análise de Conteúdo**. Tradução: Luis Antero Reto; Augusto Pinheiro. São Paulo, Edições 70, 2011.

BRASIL. Conselho Nacional de Educação. **Resolução CNE/CP nº. 02/2019**. Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação Inicial de Professores para a Educação Básica e institui a Base Nacional Comum para a Formação Inicial de Professores da Educação Básica (BNC-Formação). Brasília: MEC, 2019. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/docman/2191-plano-nacional-pdf/file>. Acesso em 25/02/2022.

BRASIL. **Lei nº 13.005/2014**. Aprova o Plano Nacional de Educação - PNE e dá outras providências. Brasília: MEC, 2014. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2011-2014/2014/lei/113005.htm. Acesso em: março/2022.

COLARES, Anselmo Alencar. Amazônia: para além do território. In: COLARES, Maria Lilia Imbiriba Sousa. PEREZ, José Roberto Rus. CARDOZO, Maria José Pires Banos. **Educação e realidade amazônica**. Volume 3. Uberlândia: Navegando Publicações, 2018. Disponível em: https://www.editoranavegando.com/_files/ugd/35e7c6_814b679c39cb4139be9cbb56b727c0fa.pdf#page=7. Acesso em maio/2023.

COLARES, Anselmo Alencar; COLARES, MLIS. Diversidade cultural: desafios educacionais no contexto amazônico. In: 25º **Simpósio Brasileiro de Política e Administração da Educação**, 2011, p. 1-10. Disponível em: <https://anpae.org.br/simposio2011/cdrom2011/PDFs/trabalhosCompletos/comunicacoesRelatos/0068.pdf>. Acesso em: maio/2022.

FORQUIN, Jean-Claude. As abordagens sociológicas do currículo: orientações teóricas e perspectivas de pesquisa. **Educação & Realidade**. Porto Alegre, 1996. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/educacaoerealidade/article/view/71652>. Acesso em: setembro/2021.

GADOTTI, Moacir. **Educar para a sustentabilidade**: uma contribuição à década da educação para o desenvolvimento sustentável. 2008a. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/274525366_Educar_para_a_sustentabilidade_uma_contribuicao_a_decada_da_educacao_para_o_desenvolvimento_sustentavel. Acesso em: janeiro/2022.

JULIA, Dominique. A cultura escolar como objeto histórico. **Revista brasileira de história da educação**, v. 1, n. 1 [1], p. 9-43, 2001. Disponível em: <https://periodicos.uem.br/ojs/index.php/rbhe/article/view/38749/20279>. Acesso em: setembro/2022.

KRAEMER, M. E. P. A universidade do século XXI rumo ao desenvolvimento sustentável. **Revista Eletrônica de Ciência Administrativa**, v. 3, n. 2, p. 1, 2004.

LOPES, Uaçai de Magalhães. TENÓRIO, Robinson Moreira. **Educação como fundamento da sustentabilidade**. Salvador: EDUFBA, 2011.

PORTELA, Everaldo Machado et al. **Mineração em Juruti: do desenvolvimento ao desenvolvimento sustentável?**. 2017. Tese de Doutorado. Universidade Federal do Oeste do Pará.

PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO - PNUD.
Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD). **Acompanhando a agenda 2030 para o desenvolvimento sustentável**: subsídios iniciais do Sistema das Nações Unidas no Brasil sobre a identificação de indicadores nacionais referentes aos objetivos de desenvolvimento sustentável/Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento. Brasília: PNUD, 2015. 250 p. Disponível em:
https://www.undp.org/content/dam/brazil/docs/agenda2030/undp-br-Acompanhando-Agenda2030-Subsidios_iniciais-Brasil-2016.pdf. Acesso em: fevereiro/2020.

SANFELICE, José Luiz. Prefácio. In: COLARES, Maria Lilia Imbiriba Sousa. PEREZ, José Roberto Rus. CARDOZO, Maria José Pires Banos. **Educação e Realidade Amazônica**. Volume 1. Uberlândia: Navegando Publicações, 2016. Disponível em:
[https://d1wqtxts1xzle7.cloudfront.net/58932767/09_01_ERA_vol_4.pdf?1555512961=&response-content-disposition=inline%3B+filename%](https://d1wqtxts1xzle7.cloudfront.net/58932767/09_01_ERA_vol_4.pdf?1555512961=&response-content-disposition=inline%3B+filename%253D). Acesso em maio/2023.

SILVA, Alessandra Neves. NUNES, Marcia Cristina Ximenes Miranda. ROCHA, Solange Helena Ximenes. Elementos da diversidade amazônica na formação de professores presentes nos estudos realizados pelo grupo de pesquisa Formazon/Ufopa (2012-2016). In: COLARES, Maria Lilia Imbiriba Sousa. PEREZ, José Roberto Rus. **Teses em Educação: a Amazônia sob múltiplos olhares** (Dinter Unicamp/Ufopa). Uberlândia: Disponível em:
<https://www.editoranavegando.com/copia-livro-raquel>

SOUZA SANTOS, Boaventura de. Uma concepção multicultural de direitos humanos. **Lua Nova**: revista de cultura e política, n. 39, p. 105-124, 1997. Disponível em:
<https://www.scielo.br/j/ln/a/gVYtTs3QQ33f63sjRR8ZDgp/?lang=pt>. Acesso em: Agosto/2022.

UFOPA. **Plano de Desenvolvimento Institucional – 2019-2023**. Ufopa: Santarém, 2019. Disponível em: <http://www.ufopa.edu.br/proplan/>. Acesso em: março/2022.

UFOPA. **Projeto Pedagógico do Curso de Licenciatura em Pedagogia**. Curso de Licenciatura em Pedagogia. Instituto de Ciências da Educação. Ufopa: Santarém, 2015. (documento em .pdf).